



ACÓRDÃO Nº1032/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11292/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Luiz Carlos Augusto Bentes Dinelli (Ordenador de Despesa), Almerinda Pedrina Lucena de Almeida (Ordenador de Despesa)
- 4- **Advogado:** Não Possui
- 5- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Maués - SAAE
- 6- **Exercício:** 2017
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6128/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Maués - SAAE. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Regularidade com ressalvas. Quitação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Maués, relativa ao exercício de 2017, sob a responsabilidade da **Sra. Almerinda Pedrina Lucena de Almeida** (01.01.2017 a 13.11.2017), nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, III, 19, II e 22, III, “b” e “c” da Lei Orgânica TCE/AM c/c art. 11, III, “a”, “2” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução TCE/AM nº 04/02 (Regimento Interno TCE/AM);
- 10.2. **Aplicar Multa à Sra. Almerinda Pedrina Lucena de Almeida**, no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o cofre estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com base no art. 54, III, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 308, V, da Resolução TCE/AM nº 04/02, com nova redação dada pela Resolução nº 04/2018,



ACÓRDÃO Nº1032/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

por atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em injustificados danos ao erário citados neste Relatório/Voto. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Considerar em Alcance a Sra. Almerinda Pedrina Lucena de Almeida**, no valor de **R\$ 3.787,01** (três mil, setecentos e oitenta e sete reais e um centavo), que deve ser recolhido na esfera municipal para a Prefeitura Municipal de Maués, por descumprimento de/pelas improbidades apontadas, nos termos do art. 304 a 306, do Regimento Interno do TCE/AM, pelas irregularidades discriminadas no Relatório Técnico, Parecer Ministerial e no Relatório/Voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor das penas pecuniárias impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.5. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Maués, relativa ao exercício de 2017, sob a responsabilidade do **Sr. Luiz Carlos Augusto Bentes Dinelli** (14.11.2017 a 31.12.2017), nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.6. Dar quitação** ao **Sr. Luiz Carlos Augusto Bentes Dinelli**, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.7. Determinar** ao SAAE Maués que planeje melhor suas futuras ações, tais como compras e manutenção de estoque, e observe e cumpra os prazos legais e regimentais, assim como as recomendações dos Laudos Técnicos e Pareceres Ministeriais acostados aos autos, a fim de evitar a reincidência, o que poderá ensejar na irregularidade de Prestações de Contas futuras, nos termos do art. 22, §1º, da Lei Orgânica do TCE/AM.



ACÓRDÃO Nº1032/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Outubro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral